



ESTADO DA PARAÍBA  
**CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA**  
Casa Napoleão Laureano  
Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação

---

**PARECER**

---

PROJETO DE LEI N.º 1039/2022 DE AUTORIA DO VEREADOR BRUNO FARIAS QUE INSTITUI A OBRIGATORIEDADE DE VIGILANTES DO SEXO FEMININO NOS ESTABELECIMENTOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA.

**I – RELATÓRIO**

O presente parecer tem por objeto a análise do Projeto de Lei Ordinária Nº 1039/2022, de autoria do Vereador Bruno Farias, apresentado em 18 de maio de 2022, o qual “institui a obrigatoriedade de vigilantes do sexo feminino nos estabelecimentos de prestação de serviços no âmbito do município de João Pessoa”.

Tramitação na forma regimental.

Esse é o relatório.

**II – FUNDAMENTAÇÃO**

Após análise da redação e da justificativa do projeto, concluindo que a propositura não padece de vícios, revelando sua constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa sem qualquer ressalva, substitutivo ou emenda, tendo em vista que nossa Lei orgânica municipal prever a competência municipal quando houver o interesse local:

**“Artigo 5º** - Ao Município compete prover a tudo quantodiga respeito ao seu peculiar interesse e ao bem - estar de sua população, cabendo-lhe privadamente, dentre outras, as seguintes atribuições:



ESTADO DA PARAÍBA  
**CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA**  
**Casa Napoleão Laureano**  
Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação

**I - legislar sobre assuntos de interesse local;**

O presente projeto de lei ordinária trata de interesse local do município, em conformidade com o previsto no art. 30, I da CF, qual assegura ao Legislativo Municipal legislar de modo a melhor atender interesses locais.

Sendo este o caso do PLO e competindo a esta casa legislar sobre matérias de interesse local, estando de acordo com o que determina a Lei Orgânica do Município de João Pessoa e o Regimento Interno da Câmara Municipal.

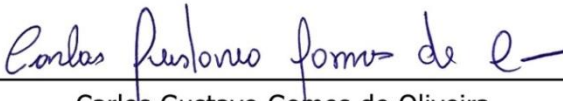
Desta forma, o Projeto de Lei Ordinária nº 1039 de 2022, está em condições de ser aprovado no que diz respeito aos aspectos que cumprem-nos analisar.

**III – CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pelo parecer **FAVORÁVEL AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 1039/2022.**

É o parecer!

João Pessoa, 01 de agosto de 2022.

  
\_\_\_\_\_  
Carlos Gustavo Gomes de Oliveira  
Vereador - PROS



ESTADO DA PARAÍBA  
**CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA**  
**Casa Napoleão Laureano**  
Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa

**Parecer da Comissão**

A Comissão de Constituição, Justiça, Redação e Legislação Participativa, opinou pelo **FAVORÁVEL AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 1039/2022**, em conformidade com o parecer do relator.

Salas das Comissões, 18 de maio de 2022.

**Odon Bezerra**  
Presidente

**Tanilson Soares**  
Vice-Presidente

**Carlos Gustavo Gomes**  
Membro

**Tarcísio Jardim**  
Membro

**Durval Ferreira**  
Membro

**Bispo José Luiz**  
Membro

**Thiago Lucena**  
Membro